UFC PROGEP	SELEÇÃO PÚBLICA - PROFESSOR TEMPORÁRIO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS

NOME		
NOME SOCIAL[1]		**NACIONALIDADE**
RG	**ÓRGÃO EXPEDIDOR**	**CPF**
ENDERECO RESIDENCIAL		
E-MAIL		**TELEFONE (DDD)**
IDENTIDADE DE GÊNERO[2]		

DADOS DA INSCRIÇÃO

CARGO ◯ Professor Substituto ◯ Professor Visitante	**CARREIRA** ◯ Magistério do Ensino Básico ◯ Magistério do Ensino Superior
CARGA HORÁRIA SEMANAL	**EDITAL Nº**
SETOR DE ESTUDO - CENTRO/FACULDADE	

O(A) candidato(a) requerente solicita inscrição para Seleção Pública, para o cargo/carreira acima descritos. Requer, outrossim, que a presente inscrição seja válida também para concorrer à reserva de vagas, conforme assinalado abaixo:

☐ Pessoa negra (preta ou parda). Anexar o Termo de Autodeclaração, conforme especificado no Edital;

☐ Pessoa indígena. Anexar o Termo de Autodeclaração e documentação comprobatória do pertencimento étnico, conforme especificado no Edital;

☐ Pessoa quilombola. Anexar o Termo de Autodeclaração e documentação comprobatória do pertencimento étnico, conforme especificado no Edital;

☐ Pessoa com deficiência. Anexar documentação caracterizadora da deficiência, conforme especificado no Edital.

Somente para o setor de estudo que conste do edital, acima mencionado, a possibilidade de realizar as provas em língua inglesa:

◯ Solicita realizar as provas em Língua Inglesa

Declarando serem verídicas as informações prestadas neste requerimento, bem como ter ciência das disposições constantes no edital de seleção, estando de acordo com elas, pede deferimento.

Cidade: Data:

_____

Assinatura do(a) requerente

[1] Nome social é a designação pela qual a pessoa travesti, transexual ou transgênera se identifica e é socialmente reconhecida. É vedada a inclusão de alcunhas ou apelidos no campo destinado ao nome social, conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 54, de 29 de agosto de 2024.

[2] Identidade de gênero é a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento, conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 54, de 29 de agosto de 2024.